



## Resumo das Atividades Mensais das Comissões – Resolução nº 2029/2025

### Comissão Provisória de Inovação e Modernização Tecnológica - Portaria Nº 0167/ 2025

► Datas e horários de início e término das reuniões realizadas, Frequência dos membros e justificativas de ausência, conforme Resolução 2029/2025, art. 7º, §1º e §2º.

<b>MEMBROS</b>	<b>DATA:</b> <b>14/10/2025</b> INICIO: 17:00h FIM: 17:48h	<b>DATA:</b> <b>20/10/2025</b> INICIO: 10:21h FIM: 11:12h	<b>DATA:</b> <b>06/11/2025</b> INICIO: 14:00h FIM: 16:38h	<b>DATA:</b> <b>07/11/2025</b> INICIO: 17:00h FIM: 17:42h
Raphael Coutinho Natalino (Presidente)	x	x	x	x
Débora P. Carneiro Amorim (Secretária)	ausente	x	x	x
Fausto Vianna A. De Souza (Membro)	x	x	x	x
Rômulo Almeida T. Rangel (Membro)	x	x	x	x

### ► Resumo dos Assuntos tratados, principais deliberações e providências adotadas:

- Nos meses de outubro e novembro de 2025, a Comissão Provisória de Inovação e Modernização Tecnológica (CPIT), em conformidade com suas atribuições, concentrou-se em avaliar e deliberar sobre diversas soluções de modernização para a Câmara Municipal de Macaé.
- Foi analisado e debatido o fluxo de atestados médicos frente ao novo Decreto Municipal nº 236/2025; dada a inviabilidade de uma integração sistêmica imediata com a Prefeitura, a comissão propôs por manter o fluxo utilizado atualmente através de protocolo interno.
- No que se refere à modernização dos trabalhos legislativos, foi avaliada empresa especialista em software de Gestão Pública, onde foi apresentado o módulo voltado para a gestão das sessões plenárias “Painel Eletrônico”, oferecendo funcionalidades alinhadas às exigências regimentais. A ferramenta apresentada possui recursos que garantem a transparência, o gerenciamento automatizado de tempos regimentais, a



confiabilidade das informações com mecanismos de rastreabilidade, automação dos dados coletados durante as sessões.

- A comissão analisou a plataforma "Gabinete Online", uma solução para gestão integrada de mandados oferecem funcionalidades como organização de dados, comunicação, acompanhamento de demandas, engajamento social, gráficos estatísticos e integração com aplicativos de mensagens, sendo certificada à LGPD. Durante a avaliação, a análise da comissão focou em pontos críticos como a garantia de plena portabilidade dos dados e a soberania das informações. Ao final, deliberou-se por avaliar a ferramenta SAAP, desenvolvida pelo Interlegis.
- A Comissão debateu o Processo Administrativo nº 1060/2025 referente a manifestação prévia da Comissão Permanente de Transparência e despacho da Procuradoria Geral sobre a regulamentação da Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Deliberou-se que a atuação no tema por parte da Comissão será de caráter consultivo, com a responsabilidade executória sendo da Comissão da Transparência.
- Adicionalmente, a comissão aprofundou-se em duas frentes de trabalho internas. Primeiramente, foi aprovado um novo formulário para avaliar as funcionalidades do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), com o objetivo de coletar informações sobre sua realidade operacional. A aplicação será feita em duas etapas estratégicas: uma avaliação inicial com a Diretoria Legislativa e a Comissão de Transparência, seguida por uma revisão do instrumento para capturar a perspectiva específica dos gabinetes parlamentares.
- Em segundo lugar, discutiu-se a metodologia para o mapeamento dos processos administrativos, deliberando-se por uma abordagem baseada no tipo de documento, em vez de por setor, para melhor análise do fluxo. O trabalho terá início no setor de Protocolo, por ser a origem dos processos, e usará como referência inicial os formulários de maior volume, como solicitações de férias e promoções, para identificar etapas, responsáveis e oportunidades de melhoria.

Macaé, 10 de novembro de 2025.

Raphael Coutinho Natalino  
Presidente da Comissão  
Matrícula nº 6451-3